

DE OLHO NO **PAC**



Um ano de acompanhamento do PAC Saneamento

Fevereiro/2010

INSTITUTO TRATA BRASIL

Um ano de acompanhamento do PAC Saneamento

Fevereiro/2010

APRESENTAÇÃO

Alinhado a missão do Instituto Trata Brasil, cuja proposta é contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população, para a redução dos índices de mortalidade na infância, e lutar para que todos tenham acesso aos serviços de coleta e de tratamento de esgotos, no final de 2008 estruturamos o projeto “De Olho no PAC” que visa contribuir para o controle social dos investimentos realizados no País em saneamento básico.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado pelo Governo Federal, em Fevereiro de 2007, compreende investimentos nos diversos setores de infraestrutura com o propósito de estimular ao crescimento econômico do País e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida da população de todas as regiões.

Com investimentos totais da ordem de R\$ 550 bilhões e prazo de execução de quatro anos – no período de 2007 a 2010 – o programa destinou ao setor de saneamento investimentos de R\$ 40 bilhões, ou seja, R\$ 10 bilhões/ano.

Segundo levantamentos do setor, para que os serviços de água e esgoto sejam universalizados, o que pressupõe que todos os brasileiros tenham acesso a água e esgoto tratados, são necessários investimentos da ordem de R\$ 270 bilhões. Como o PAC está destinando R\$ 40 bilhões para água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, serão então necessários pelo menos 7 PAC's para que a meta de universalização seja alcançada.

É um desafio enorme, pois 7 PAC's são exatamente sete governos mantendo a prioridade para investimentos em saneamento, e esse comprometimento só será assumido com a ampla mobilização e conscientização da sociedade sobre a importância do saneamento básico, cuja falta traz enormes problemas à saúde e impactos negativos na educação, trabalho e qualidade de vida da população, como demonstram as pesquisas e estudos que temos divulgado e estão disponíveis em nosso site www.tratabrasil.org.br.

Neste relatório consolidamos um ano de trabalho de acompanhamento da evolução do PAC e, o objetivo de sua divulgação é compartilhar com a sociedade e especialmente com os responsáveis pela condução das políticas públicas, em especial os relacionados aos serviços de água e esgoto, as dificuldades e barreiras que amarram o desenvolvimento do setor.

Os resultados em termos de avanço são frustrantes, mas a identificação das causas e as recomendações apresentadas nos Anexos ao relatório podem ajudar no enfrentamento dos entraves que fizeram com que o PAC, depois de três anos ou 75% de prazo, tenha investido menos de 20% dos recursos contratados. É um desempenho pífio e o Trata Brasil, com o apoio de seus colaboradores e apoiadores, através desse documento, oferece sua contribuição e mostra alguns caminhos para tornar o saneamento um setor mais eficiente.

Agradecemos a todos os parceiros que contribuíram com esse projeto e acreditamos que as conclusões e recomendações aqui apresentadas poderão ser uma importante fonte de informações e reflexões, especialmente para os interessados no desenvolvimento do setor.

Raul Pinho

Presidente Executivo Instituto Trata Brasil

SUMÁRIO

O projeto “De Olho no PAC”	06
Histórico das ações 2009	09
Resultados obtidos	12
Diagnóstico	21
Conclusões	23
 <i>ANEXO 1 - Tabela de obras de Saneamento do PAC monitoradas pelo Instituto Trata Brasil nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes</i>	 24
 <i>ANEXO 2 - Propostas do Instituto Trata Brasil para solução para os entraves identifi- cados nas Obras de Saneamento do PAC</i>	 32

1. O PROJETO “DE OLHO NO PAC”

O projeto “De Olho no PAC” está inserido no escopo de atuação do Instituto Trata Brasil, que é voltado à mobilização dos diversos segmentos da sociedade para garantir a universalização do saneamento no País.

Este projeto visa contribuir para o controle social através de pesquisa e divulgação, ao público geral, de informações que permitem o acompanhamento das realizações do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, relacionadas ao Saneamento Básico, com foco específico nas obras de redes coletoras e sistemas de tratamento de esgotos.

O trabalho também tem por objetivo a identificação dos entraves e gargalos que dificultam o cumprimento dos prazos estabelecidos para as obras, contribuindo para divulgá-los e solicitar soluções por parte do Governo e demais agentes envolvidos.

O PAC é um Programa lançado pelo governo brasileiro em Fevereiro de 2007, que se compõe de significativos investimentos em infra-estrutura e medidas econômicas para estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país, no prazo compreendido entre os anos de 2007 a 2010.

No contexto do PAC, as obras de Saneamento Básico estão inseridas no principal dos cinco blocos que compõem o Programa, que é aquele voltado à Infra-estrutura social, e que engloba também obras de habitação e transportes.

De acordo com os documentos de lançamento do PAC divulgados pelo Governo Federal, os recursos destinados às obras de Saneamento Básico estão divididos conforme a tabela abaixo. Nesta tabela constam as prioridades de investimentos para as 3 fontes de recursos, que são:

- *Repasses de verbas do OGU (Orçamento Geral da União);*
- *Financiamentos com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);*
- *Financiamento com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)*

Além do investimento do Governo Federal, o Programa prevê investimentos de contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores de Serviços.

BRASIL		
FONTES DE RECURSOS PARA SANEAMENTO BÁSICO 2007-2010		
R\$ bilhões		
FONTE	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO
OGU	Saneamento integrado em favelas e palafitas (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte - inclui desenvolvimento institucional (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50 mil habitantes	4
	Subtotal	12
FGTS / FAT	Financiamentos a Estados, Municípios e Companhias de Saneamento	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	8
	Subtotal	20
Contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores		8
 TOTAL		 40

Fonte: Governo Federal

O Projeto De Olho no PAC foi iniciado pelo Instituto Trata Brasil em 2008 e abrange, atualmente, a divulgação, em sua página da internet, dos dados e documentos oficiais gerais sobre o Programa e um monitoramento detalhado das obras do PAC de redes coletoras e estações de tratamento de esgotos nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Conforme apresentado acima, o total de recursos destinados às Obras de Saneamento do PAC, que abrange obras de água, drenagem e destinação final de lixo, é de R\$ 40 Bilhões, enquanto que a amostra selecionada pelo ITB totaliza R\$ 2,8 Bilhões de investimentos.

Para complementar o trabalho de monitoramento, o ITB iniciou um processo de comunicação com todos os municípios em que foram apontados atrasos na execução das obras, visando identificar as razões para essas ocorrências. O diálogo foi estabelecido com os Operadores e Administradores Municipais através de correspondências, que passaram a ser disponibilizadas para consulta dos interessados na página da internet do ITB, na seção relativa ao Projeto De Olho no PAC.

A apresentação das informações sobre o PAC na página internet do ITB está estruturada nos seguintes itens:

1) Acompanhamento geral do PAC – balanços oficiais:

Link para acesso às páginas internet do Governo Federal que apresentam as mais recentes publicações de Balanços do PAC e relatórios do PAC nos Estados;

2) Acompanhamento focado nas obras de Saneamento Básico do PAC:

2.1. Tabela de monitoramento das obras de redes de esgotos e estações de tratamento nos municípios com mais de 500 mil habitantes;

2.2. Textos de correspondências trocadas entre o ITB e os Administradores Municipais e Operadores;

2.3. Documento oficial de Balanço do PAC Saneamento;

2.4. Documento do TCU – 2007;

2.5. Publicação “Gastos Públicos em Saneamento” do Ministério das Cidades

3) Notícias sobre o PAC

Seleção de matérias referentes ao PAC, do conjunto de notícias publicadas diariamente sobre o tema Saneamento no clipping do ITB

2. HISTÓRICO DAS AÇÕES EM 2009

A partir de março de 2009 o Instituto Trata Brasil deu início ao monitoramento sistemático das obras de Esgoto, através de uma amostra selecionada nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes.

Além deste monitoramento específico para obras de esgoto nos maiores municípios, o Instituto Trata Brasil realizou, ao longo do ano, o acompanhamento dos desembolsos totais com obras de saneamento do PAC que é divulgado pelo Governo Federal, para avaliar de forma comparativa o comportamento da amostra e do total do Programa.

Na amostra de obras de esgoto nos maiores municípios do país, foram incluídos apenas os contratos referentes à execução da construção ou expansão de redes de coleta e de estações de tratamento de esgotos. Não fizeram parte da composição da amostra nem os contratos para execução de estudos e projetos, pois o foco do monitoramento foi limitado à fase de execução das obras, e nem aqueles contratos para obras de saneamento integrado, que incluem outros elementos (redes de água, destinação de resíduos sólidos e/ou drenagem) e apresentam dados agregados, que não permitem que se faça o recorte para acompanhamento específico da execução das partes referentes ao Esgoto.

Para a estruturação do processo sistemático de monitoramento das obras na amostra selecionada e acompanhamento geral do PAC Saneamento, o ITB partiu de uma pesquisa para identificar fontes de informação, que resultou nas seguintes:

Fontes com informações disponíveis para consulta do público em geral:

- **Caixa Econômica Federal** – informações disponíveis on-line, na página internet www.cef.gov.br, seção Governo / Acompanhamento de Obras, onde constam dados sobre todas as obras com recursos operados pela CEF, sendo possível filtrar somente as obras do PAC, executadas com recursos repassados do OGU ou financiamento com recursos do FGTS. No detalhamento das informações sobre cada obra estão disponíveis os dados das medições mais recentes, com data e percentual de andamento de cada obra, valor correspondente de recursos repassados e classificação da obra por status em relação ao cronograma original (adiantada, normal, atrasada, paralisada);

- **SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - informações disponíveis para consulta on-line, no site do Senado Federal (www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA), sobre desembolsos de recursos do OGU. No acesso a essa seção do site do senado, é possível filtrar os valores investidos nas obras de Saneamento do PAC, classificados em autorizados, empenhados e pagos, e separados para Saneamento Urbano e Rural.

● **Publicações oficiais:**

- Balanços do PAC** – disponíveis on-line na página da internet do Governo Federal (www.brasil.gov.br/pac), trazendo informações consolidadas dos recursos aplicados em todas as obras do PAC, onde é possível filtrar apenas o total aplicado em Saneamento (incluindo esgoto, água, drenagem e resíduos sólidos);

- Relatórios do Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental** - relatórios anuais sobre as aplicações de recursos do Governo Federal e Fundos Financiadores em Saneamento - “Gasto Público em Saneamento Básico” – disponíveis para os anos de 2007 e 2008 (www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento)

● **Outras fontes de informação, acessadas através de solicitações formais e direcionadas do Instituto Trata Brasil:**

● **BNDES** – informações sobre os contratos de obras do PAC de saneamento esgoto previamente selecionadas, executadas com financiamento operados pelo BNDES. Os dados desta fonte de financiamento não estão disponíveis para consulta do público em geral, e foram acessados por solicitação formal e direta do ITB à equipe de técnicos do Banco;

● **Ministério das Cidades** – informações sobre todos os contratos previamente selecionados das obras do PAC, tanto com recursos operados pela CEF, quanto do BNDES, com indicação de valores e classificação de status utilizada pelo Ministério (em ação preparatória, em licitação, em andamento ou concluídas). Essas informações também não estão disponíveis para consulta do público em geral e foram obtidas através de solicitação direta e formal do ITB à equipe técnica da Secretaria Nacional de Saneamento.

O início da publicação de resultados do Projeto De Olho no PAC do Instituto Trata Brasil ocorreu em Abril de 2009, com a divulgação do 1º. Resultado do monitoramento das obras da amostra selecionada dos maiores municípios e divulgação dos dados disponíveis e publicados até aquele momento nos relatórios oficiais sobre o PAC Saneamento.

Foi estabelecido, a partir desta data, que seria feito um novo acompanhamento da amostra de obras selecionadas após 2 meses, com atualização simultânea dos dados oficiais que estivessem disponíveis e que, dali para frente, seriam realizados levantamentos bimestrais.

O 2º. Resultado do monitoramento das obras, publicado no início de Junho de 2009, mostrou evolução muito pequena no andamento das mesmas e, a partir desse momento, o Instituto Trata Brasil decidiu que esse intervalo passaria a ser trimestral.

Ao todo, em 2009, o Instituto Trata Brasil realizou e publicou 4 atualizações de resultados do monitoramento das obras da amostra dos maiores municípios, com simultânea divulgação de dados do PAC saneamento das publicações oficiais mais recentes e atualização sobre aplicações do OGU em saneamento (SIAFI), respectivamente no início dos meses de Abril, Junho, Setembro e no meio do mês de Dezembro.

A partir da primeira divulgação dos resultados do monitoramento das obras selecionadas, realizada em Abril, o Instituto Trata Brasil iniciou uma comunicação direta com as operadoras de saneamento e administradores municipais, enviando correspondências para os municípios onde foram encontrados casos de obras paralisadas e atrasadas. O objetivo desta comunicação foi o questionamento sobre os atrasos apontados nas fontes de informação consultadas pelo ITB, buscando inicialmente confirmar se os dados estavam refletindo a realidade, e nos casos em que fosse confirmado o atraso, quais os fatores que os estavam provocando, para auxiliar na busca de soluções para os entraves e divulgar as justificativas apontadas.

Entre os meses de Abril e Dezembro, a comunicação foi mantida, e foram enviadas correspondências a todas as prefeituras e operadoras nos casos de atrasos e paralisações apontadas a cada atualização do monitoramento. Ao todo, foram trocadas correspondências com 15 Operadoras e 8 Prefeituras de 21 municípios.

Os relatórios oficiais sobre o PAC, publicados e divulgados pelo ITB ao longo do ano de 2009 foram os seguintes:

- **5 Balanços Oficiais do PAC** - divulgados pelo Governo Federal respectivamente nos meses de Fevereiro (5º. Balanço – 2 anos de PAC), Maio (6º. Balanço), Agosto (7º. Balanço), Dezembro (8º. Balanço) e Fevereiro (9º. Balanço – 3 anos de PAC). Esses relatórios apresentam defasagem média de 2 a 3 meses na divulgação das informações. No mais recente balanço, publicado no início de Fevereiro, os dados se referem a Dezembro de 2009;
- **2 Relatórios do Ministério das Cidades** sobre Gasto Público em Saneamento Básico, sendo o primeiro referente ao ano de 2007 (disponível desde meados de 2008) e o segundo, referente ao ano de 2008 (publicado somente no início do 2º. Semestre de 2009);
- **1 Relatório de atividades 2007 do Ministério das Cidades** - referente ao PAC Saneamento Básico 2007-2010, divulgado no início do ano de 2009.

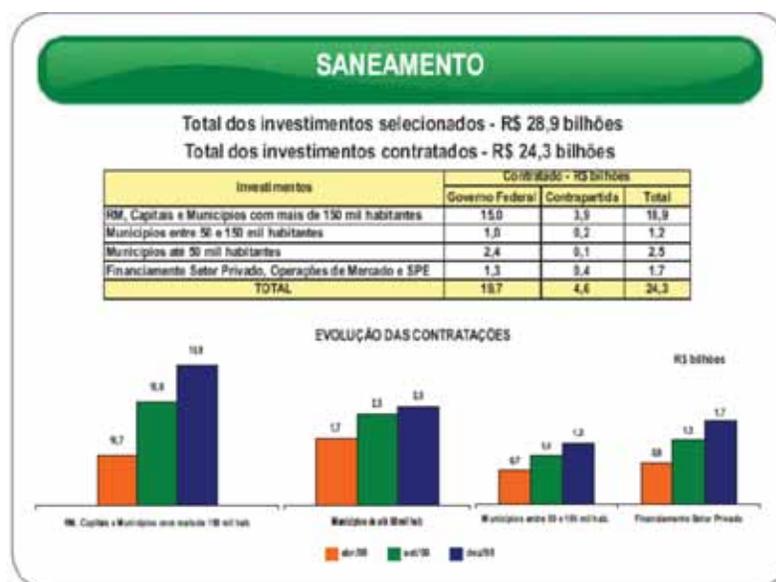
3. RESULTADOS OBTIDOS

A seguir são apresentados os destaques dos resultados obtidos pelo Instituto Trata Brasil, ao longo do ano de 2009, no Projeto De Olho no PAC, distribuídos de acordo com as fontes de informação citadas anteriormente.

3.1. Destaques dos Balanços Oficiais do PAC – última atualização até Dezembro /2009

O primeiro Balanço do PAC publicado em 2009, foi o Balanço de 2 Anos do Programa, divulgado em Fevereiro de 2009. Deste relatório, destacam-se os seguintes quadros de resultados, referentes ao período 2007-2008:

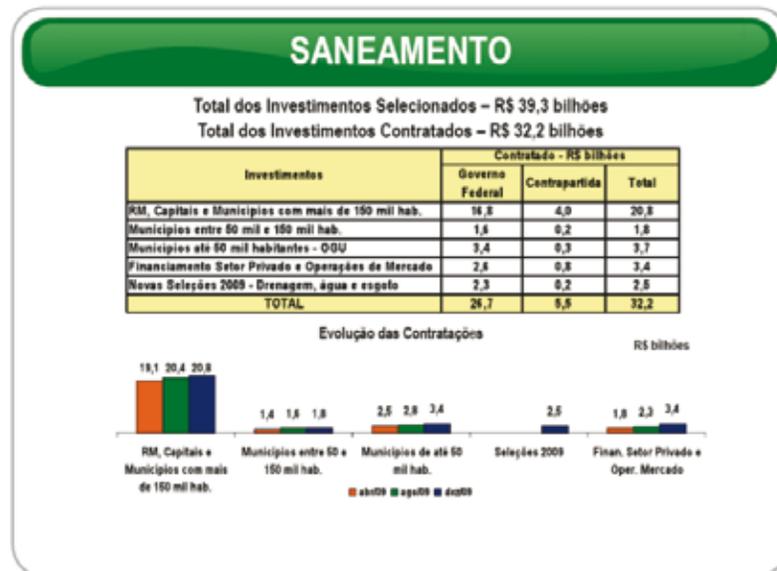
- Do total de R\$ 40 Bilhões previstos para aplicação em Saneamento, até o início de 2009 os contratos efetivos totalizavam R\$ 24,3 Bilhões, como demonstra o quadro abaixo.



Fonte: Governo Federal

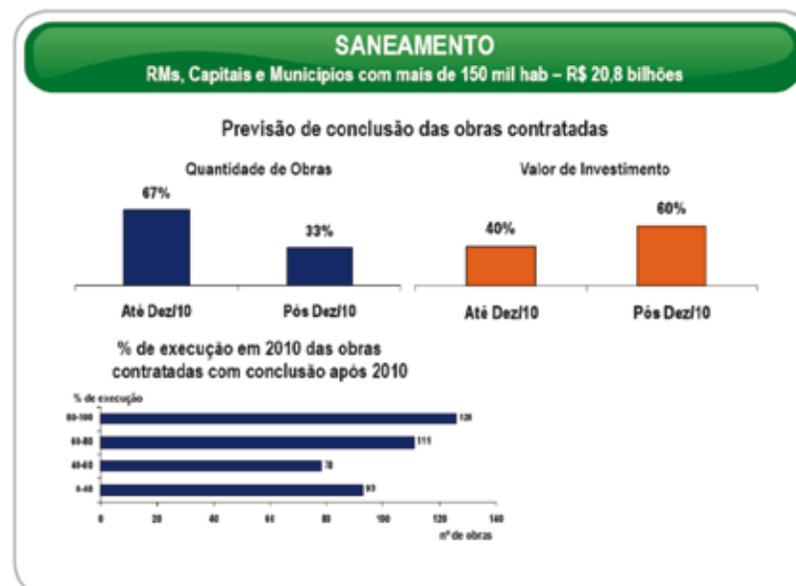
O mais recente balanço do PAC, que foi o 9º. do programa, divulgado em 04/Fevereiro de 2010, compreende os resultados até Dezembro de 2009.

- O quadro a seguir, extraído deste 9º Balanço do PAC, demonstra que o total de investimentos já selecionados atingiu R\$ 39,3 Bilhões, e está bem próximo à meta de R\$ 40 Bilhões estabelecida no lançamento do PAC.
- Este mesmo quadro mostra que o total de investimentos contratados saltou de R\$ 24,8 Bilhões para R\$ 32,2 Bilhões no período de Abril a Dezembro/2009, e correspondia em Dezembro a 82% do total selecionado.



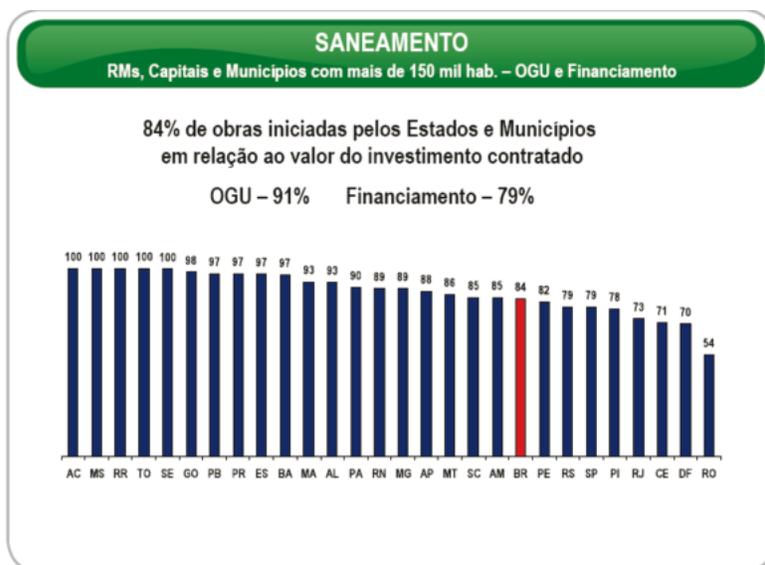
Fonte: Governo Federal

- Destaca-se também, no quadro que se segue, que 33% das obras de Saneamento do PAC contratadas nas maiores cidades do país só serão concluídas após 2010 e correspondem a 60% do total dos investimentos.



Fonte: Governo Federal

- Nessa publicação, o Governo destaca também que, nos municípios com mais de 150 mil habitantes, 84% das obras de Saneamento já foram contratadas, conforme apresentado no gráfico a seguir, e que em 5 Estados (AC, MS, RR, TO e SE), já foram contratadas todas as obras do Programa nesses maiores municípios.



Fonte: Governo Federal

3.2. Destaques do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) – última atualização Dezembro/2009

A situação da Execução Orçamentária, atualizada até 16/Dez/2009 (vide quadro resumo abaixo), mostra que a média dos desembolsos efetivos de recursos do OGU (Orçamento Geral da União) em relação aos totais de recursos empenhados para o PAC Saneamento é de apenas 14,3%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PAC – Saneamento (água + esgoto / rural + urbano)

Situação em 16/Dez/2009 (fonte SIAFI)

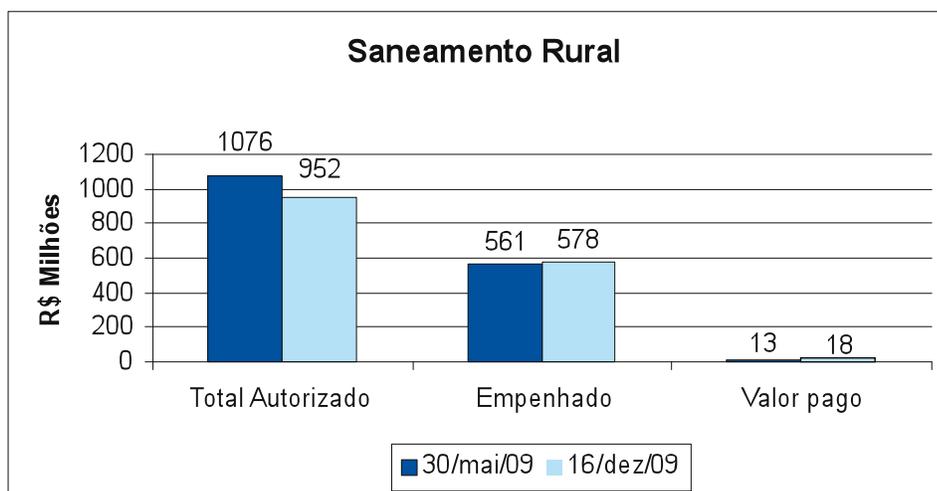
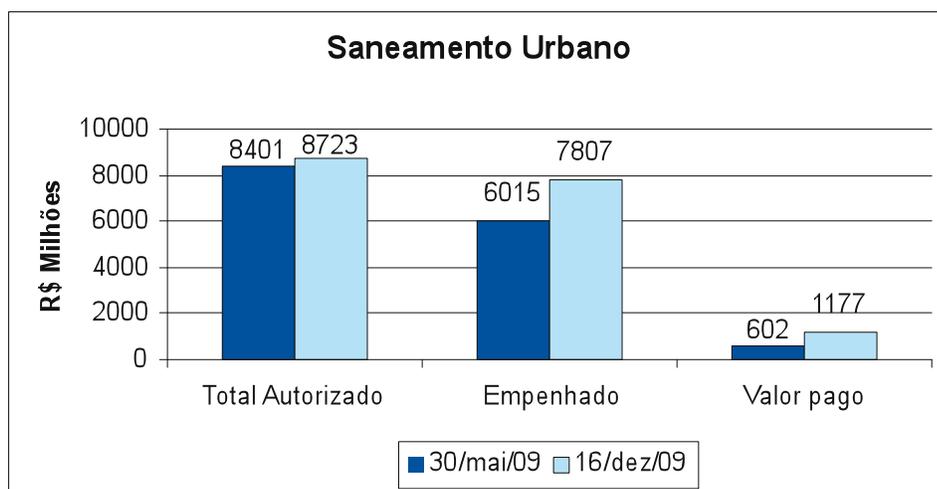
Valores em **R\$ Milhões**

	Valor Total Aprovado	Valor Empenhado	Valor já Pago	% Pago / Empenhado
Saneamento Urbano (Min Cidades + Funasa + Codevasf)	8723	7807	1177	15,10%
Saneamento Rural (Funasa + Codevasf)	952	578	18	3,10%
TOTAIS	9675	8385	1195	14,30%

Na análise da evolução da liberação de recursos ao longo do 2º. Semestre, apresentada nos gráficos a seguir, observa-se que de Junho a Dezembro de 2009, houve proporcionalmente pouca evolução nos desembolsos do OGU em relação aos valores empenhados, tanto nas obras do PAC Saneamento da área urbana como na área rural.

No Saneamento Urbano, o aumento nos valores empenhados foi acompanhado pelo aumento nos valores pagos, resultando numa evolução de 10% para 15% nessa proporção.

No Saneamento Rural, houve queda nos valores empenhados, e a parcela resultante de valores pagos/empenhados subiu de 2,4% para 3,1%.



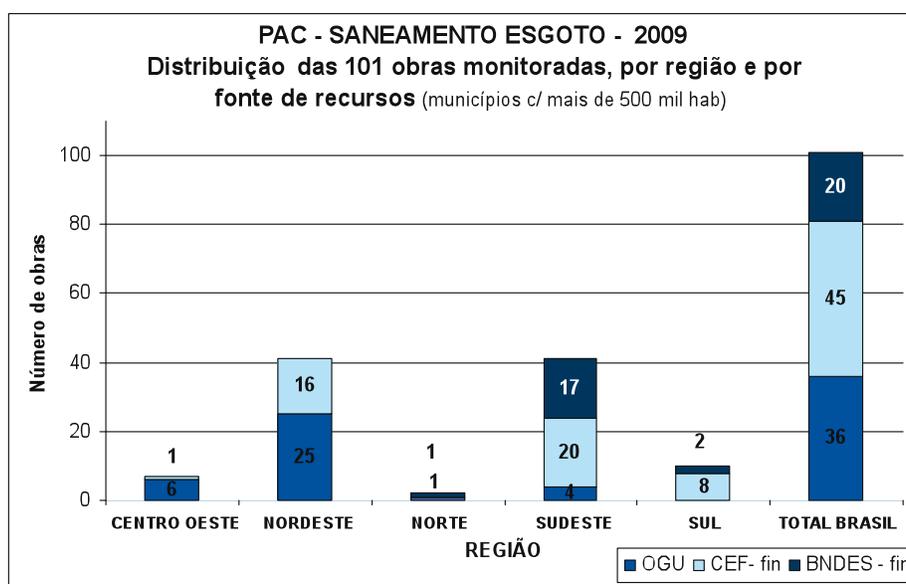
Fonte: SIAFI / Senado Federal

3.3. Destaques do Monitoramento de obras de Saneamento Esgoto nos maiores municípios do país – última atualização Dezembro/2009

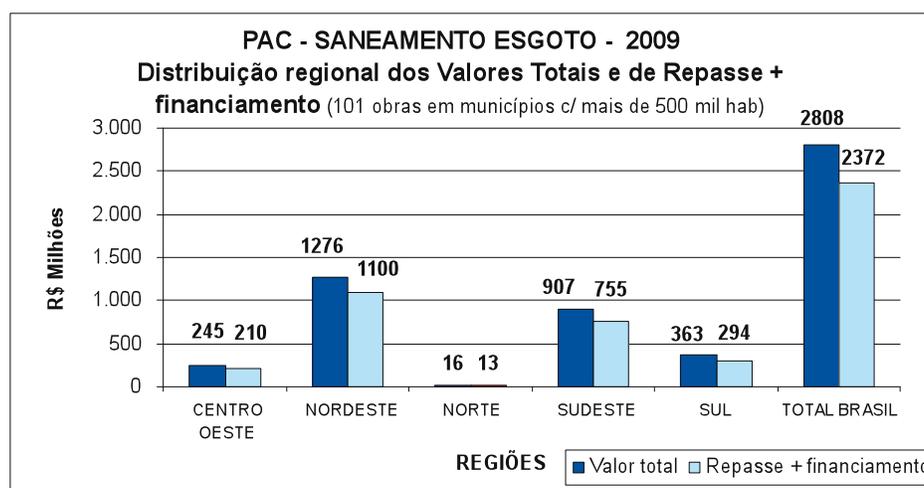
3.3.1. Resultados publicados

A amostra selecionada pelo ITB, com recorte pelas obras de Redes de Esgoto e Estações de Tratamento de Esgotos em municípios com mais de 500 mil habitantes, totaliza 101 contratos.

Nos gráficos a seguir estão apresentadas a distribuição dos 101 contratos entre as regiões do país, conforme as 3 diferentes fontes de recursos (Repasse OGU, Financiamento CEF e Financiamento BNDES), e a distribuição da aplicação dos recursos referentes a esses contratos entre as regiões do país.

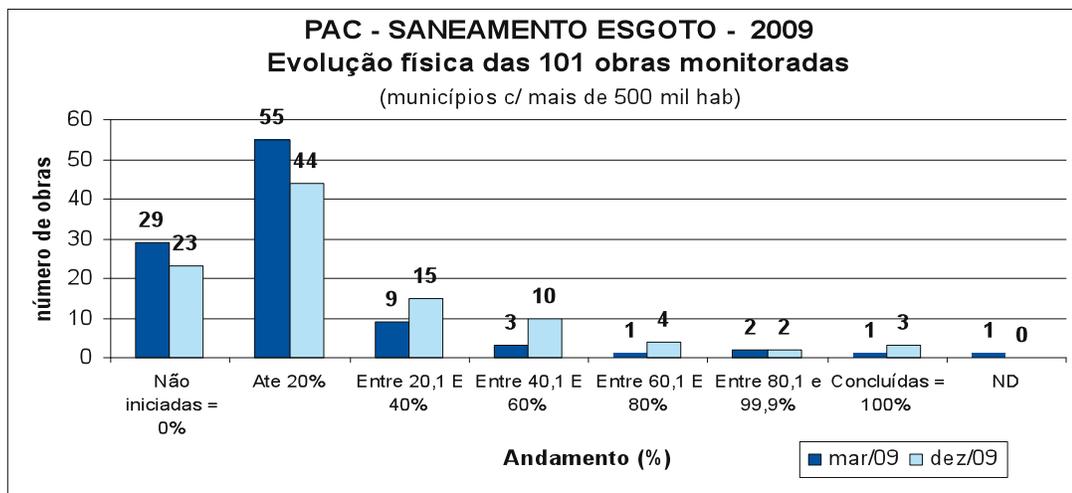


- Neste primeiro gráfico, observa-se que a maior concentração das obras de esgoto em grandes municípios está nas regiões Nordeste e Sudeste, e que a Região Nordeste concentra o maior número de contratos com repasse de recursos do OGU.



- Este segundo gráfico demonstra que a Região Nordeste concentra o maior valor de recursos para obras de esgoto em grandes municípios e que a parcela de valores de contrapartida (diferença entre os valores totais e os de financiamento ou repasse de verbas do governo federal) é maior na região sul (cerca de 20%), seguida pela região sudeste (cerca de 17% do total).

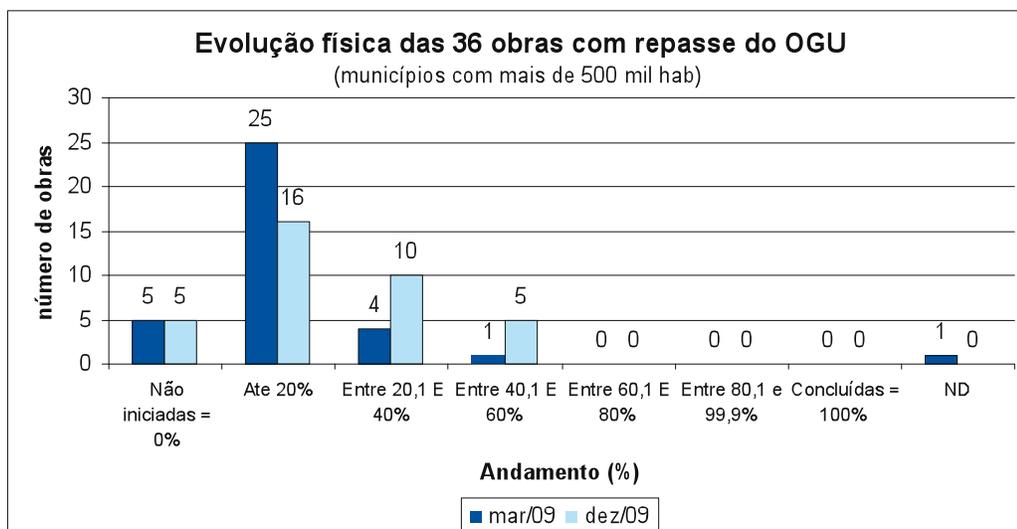
O acompanhamento das evoluções física e financeira (aplicação dos recursos) das obras, ao longo de 2009, está resumido nos gráficos abaixo, que trazem comparativos entre dados de Março e de Dezembro/2009.

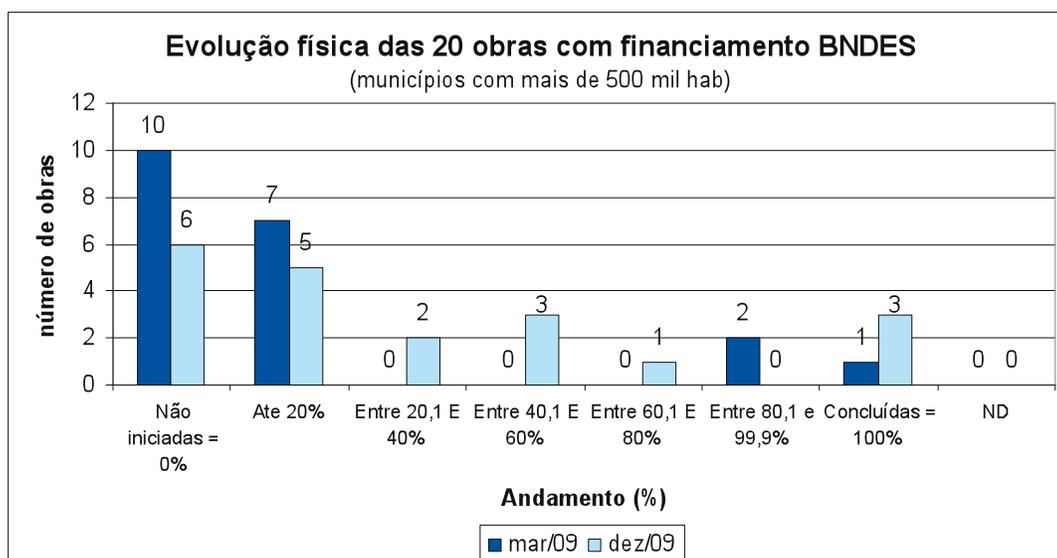
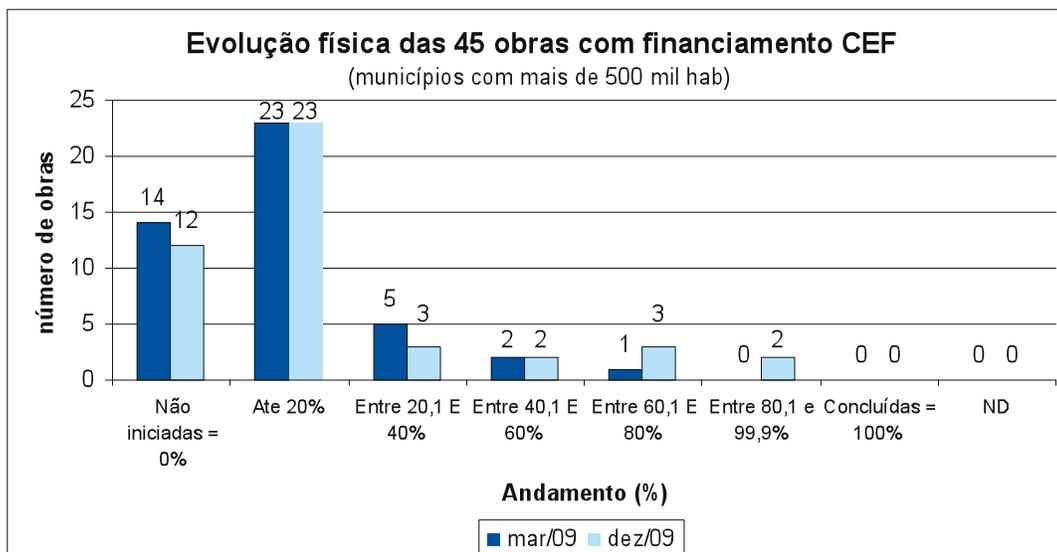


- No andamento físico da execução, destaca-se, apesar de ter havido avanço em 2009, que 44% das 101 obras ainda não atingiram 20% da execução e mais 23% ainda não se iniciaram.

A evolução da aplicação dos recursos pode ser vista nos 3 gráficos a seguir, detalhada entre as diferentes fontes – repasse do OGU, financiamento da CEF e financiamento do BNDES.

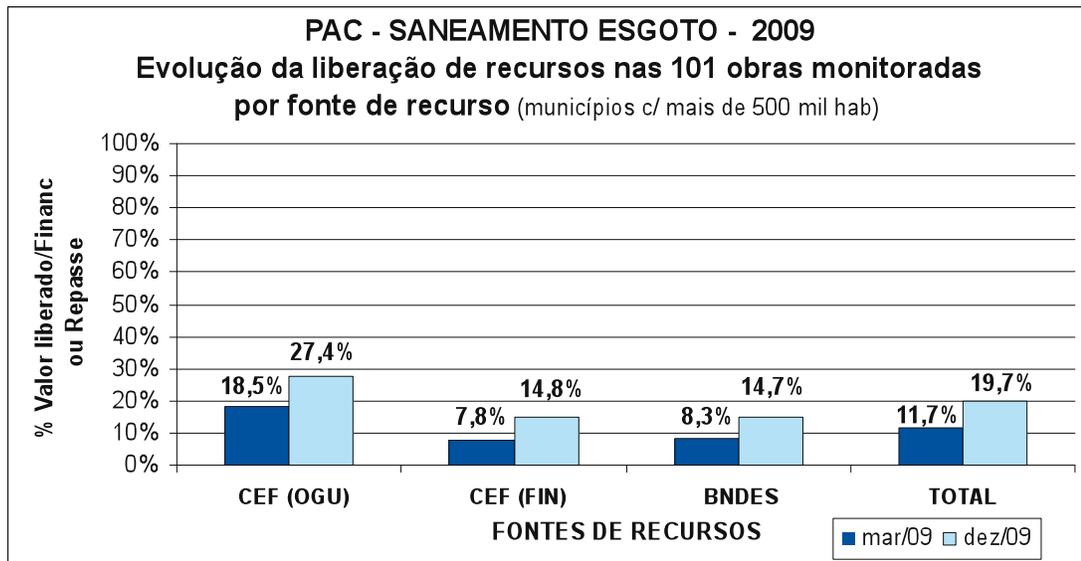
- Observa-se que há grande atraso nos 3 casos, mas que nas obras financiadas pelo BNDES, o avanço médio é maior.



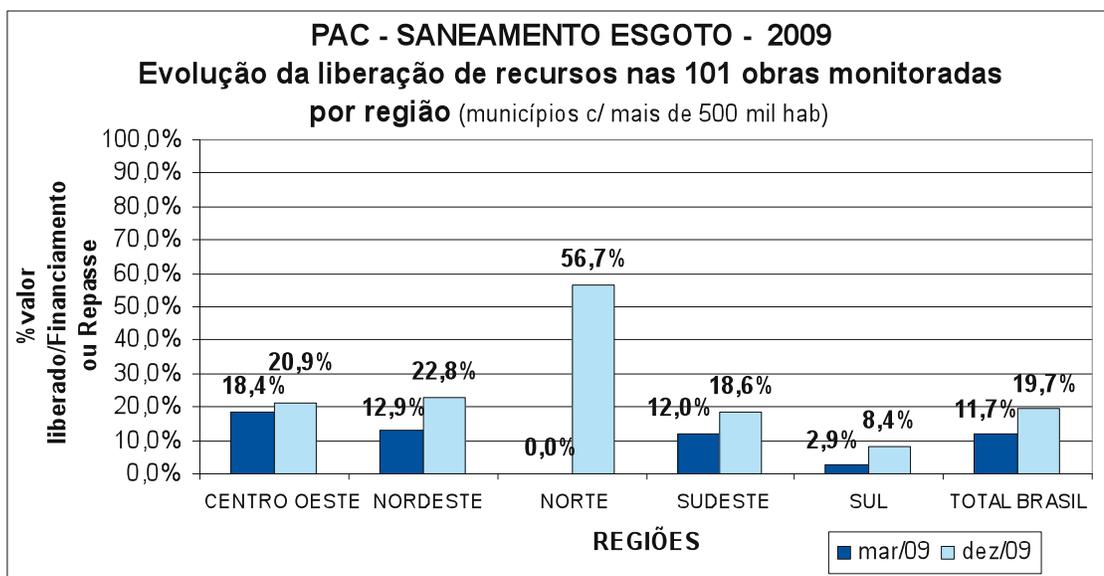


A análise geral da evolução da liberação dos recursos, no período de março a dezembro de 2009, para o conjunto das 101 obras monitoradas, está resumida nos 2 gráficos a seguir.

- Este primeiro gráfico demonstra que houve avanços na liberação dos recursos para as 3 diferentes fontes, e que, até dezembro, foram liberados ao todo apenas 19,7% dos recursos para esse grupo de obras nos maiores municípios do país.



- O segundo gráfico demonstra as diferenças na evolução da liberação dos recursos entre as regiões do País. A região Norte, onde houve a maior liberação proporcional de recursos, contempla apenas 1 obra da amostra, que aparece como já concluída nos dados apresentados pelo BNDES;
- Observa-se que a Região Sul apresenta a menor porcentagem de liberação de recursos e que as regiões Nordeste e Centro-Oeste superam um pouco a média nacional, ficando pouco acima dos 20%.



3.3.2. Resultados da comunicação com operadoras e administradores municipais

No período de Abril a Dezembro de 2009, conforme exposto no item 2 deste relatório, o ITB enviou correspondências a 15 Operadoras e 8 Prefeituras, de 21 municípios em que foram identificados casos de atrasos e paralisações de obras no monitoramento.

Na tabela a seguir estão listados os municípios e respectivos Administradores municipais ou Operadoras de saneamento para os quais o ITB encaminhou questionamentos, e aqueles que enviaram pelo menos 1 carta resposta em 2009.

Município	Administrador Municipal / Operadora de Saneamento	Resposta enviada ao ITB
Campinas - SP	Prefeitura Municipal	Não
	SANASA	Sim
Cuiabá –MT	Prefeitura Municipal	Não
Curitiba – PR	SANEPAR	Sim
Duque de Caxias – RJ	Prefeitura Municipal	Sim
Fortaleza - CE	CAGECE	Não
Goiânia – GO	SANEAGO	Não
Guarulhos – SP	Prefeitura Municipal	Sim
João Pessoa – PB	CAGEPA	Sim
Maceió – AL	CASAL	Sim
	SEINFRA	Sim
Manaus – AM	Águas do Amazonas	Sim
Natal – RN	CAERN	Sim
Porto Alegre – RS	DMAE Porto Alegre	Não
Recife – PE	COMPESA	Não
Rio de Janeiro – RJ	Prefeitura Municipal	Não
Santo André – SP	SEMASA	Sim
São Gonçalo – RJ	Prefeitura Municipal	Não
Osasco – SP	SABESP	Sim
São Paulo – SP		
Santo André – SP		
Feira de Santana – BA	EMBASA	Sim
Salvador – BA		

As respostas das operadoras e prefeituras estão publicadas na página da internet do ITB e confirmaram, em sua maioria, que havia atrasos nas obras, e apresentaram detalhes e justificativas.

Nos casos de paralisação, todas as respostas apontaram que a fonte de informação consultada pelo ITB, a página da internet da Caixa Econômica Federal, não refletia a realidade, e apresentava atualização automática para este status nos casos de demora entre medições da Caixa, ignorando avanços nas obras relacionados à aplicação de recursos de contrapartida.

4. DIAGNÓSTICO

A experiência prática de acompanhamento do PAC Saneamento durante o ano de 2009, realizada pelo ITB no seu Projeto De Olho no PAC, demonstrou que:

- O exercício do controle social relacionado ao acompanhamento das obras do PAC e aplicação dos recursos públicos neste programa são dificultados pela inexistência de informações confiáveis, atualizadas e detalhadas sobre os contratos;
- A maior parte das obras de Saneamento Esgoto do PAC não será concluída nos prazos inicialmente previstos;
- Existem muitos entraves nos processos de contratação, execução dos projetos e das obras do PAC, que estão contribuindo para os atrasos da maioria dos contratos;
- Para muitos dos entraves apontados, existem caminhos de solução que dependem da ação direta do poder público.

As dificuldades de obtenção das informações para o monitoramento estão relacionadas aos seguintes fatores:

- Os documentos oficiais do Governo Federal apresentam dados com pouco detalhamento, são divulgados com defasagens de tempo, e são inadequados para o acompanhamento em tempo real e gestão/ atuação sobre os fatores geradores de atrasos nos contratos:
 - Os balanços do PAC trazem dados totalizados por grandes áreas do programa (ex: infra-estrutura – saneamento e habitação, sem detalhamento específico para saneamento esgoto), destacam os valores totais de obras selecionadas e contratadas, sem divulgar o acompanhamento efetivo dos pagamentos e avanços físicos das obras, e são divulgados com defasagem média de 3 meses;
 - Os relatórios do Ministério das Cidades sobre os gastos públicos com saneamento básico apresentam dados com bom nível de detalhamento, mas com frequência de divulgação anual, e publicação com mais de 6 meses de defasagem;
 - A única fonte oficial que disponibiliza ao público informações detalhadas e atualizadas por contrato/obra é a página da internet da Caixa Econômica Federal, mas esta fonte apresenta o avanço das obras baseado apenas nas medições relacionadas ao desembolso dos recursos operados pelo banco, desconsiderando os avanços resultantes de aplicação dos recursos de contrapartida de Estados e Municípios;
 - A obtenção de dados detalhados e atualizados para todos os contratos/obras do PAC não estão disponíveis para o acompanhamento do público em geral e dependem de contato direto e formal com os responsáveis, como fez o ITB no caso da obtenção de dados do Ministério das Cidades e do BNDES.
- Existem discrepâncias entre as informações do Governo Federal e das Administradoras Municipais e Operadoras:
 - As informações disponíveis sobre andamento das obras não apresentam a soma dos desembolsos dos recursos federais e das contrapartidas, e não existe divulgação pública de informações detalhadas sobre motivos de atrasos e justificativas.

A constatação de que a maioria das obras de Saneamento do PAC não será concluída dentro dos prazos previstos inicialmente está evidente nos seguintes resultados apurados:

- no monitoramento das obras nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes, apresentados no item 3.3 deste relatório, os resultados apontam que dois terços das obras da amostra não chegam a 20% do total a ser executado, e que apenas 19,7% dos recursos foram efetivamente aplicados;
- no período de março a dezembro de 2009, o total de desembolso saltou de 11,7 para 19,7%, representando um avanço de aproximadamente 10 pontos percentuais em 1 ano. Se este ritmo for mantido, serão necessários mais de 7 anos para a conclusão das obras;
- os resultados apontados na amostra de obras selecionada pelo ITB estão coerentes com os resultados publicados no SIAFI, que demonstram que, até dezembro de 2009, somente 14,7% dos valores empenhados do OGU para o conjunto de todas as obras de Saneamento do PAC já foram efetivamente pagos.

Os fatores que vem contribuindo para os atrasos nas obras de saneamento do PAC foram identificados pelo ITB a partir das respostas recebidas das operadoras e administradores municipais, apresentados a seguir:

- Principais motivos de atrasos nas obras de saneamento do PAC nos municípios com mais de 500 mil habitantes, apontados nas respostas dos Operadores e Administradores municipais:
 - Revisões de projetos (maior número de citações) gerados por fatores como: mudanças da configuração urbana e condições locais no momento em relação à previsão inicial (ex. canalização de córrego que não estava informada, áreas ocupadas por favelas que exigem remoção, etc); ajustes de especificações técnicas para atender padrões e exigências da CEF e atualização tecnológica; demora na análise técnica da CEF e liberação das revisões de projeto.
 - Lentidão na obtenção de Licenciamento Ambiental;
 - Exigências não previstas de órgãos estaduais para concessão de outorga;
 - Demora e exigências não previstas por parte das Prefeituras: atraso na desapropriação e concessão de titularidade de área para execução de obra; demora na liberação das vias urbanas para execução de redes coletoras; mudança de responsabilidade de parte da obra, gerando demanda por adequação de escopo do contrato e revisão de projetos;
 - Questionamentos no processo de licitação;
 - Ineficiência das próprias operadoras ou contratadas: atraso na execução, gerando nova licitação; atraso no envio de boletins das medições, adiando liberação de recursos.

Visando contribuir para a redução dos entraves à realização de todas as obras de saneamento no país, e não somente as que integram o PAC, o Instituto Trata Brasil realizou uma pesquisa junto a diversos agentes do setor, que resultou na formatação de uma tabela, apresentada no Anexo 2 deste trabalho. Nesta tabela, os entraves aparecem agrupados e detalhados, e seguidos de sugestões de ações para que sejam vencidos ou minimizados. Esta tabela foi reproduzida num documento que foi formalmente encaminhado pelo Instituto Trata Brasil ao Senado e à Câmara dos Deputados, no mês de Dezembro de 2009.

5. CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objetivo descrever e resumir as lições que a experiência de um ano de acompanhamento das obras de saneamento do PAC trouxeram para o Instituto Trata Brasil.

Além dos resultados apresentados do monitoramento em si, que evidenciam os grandes atrasos acumulados na execução do PAC, a experiência de acompanhamento realizada ao longo deste ano demonstrou que ainda falta transparência na divulgação das informações sobre a aplicação dos recursos públicos, especialmente no setor de saneamento, que é de grande importância para o desenvolvimento do país, e contribuiu para apontar os principais entraves e caminhos de solução para o avanço das obras.

Os diversos fatores que dificultam o avanço das obras já contratadas, e que se repetem em outros contratos similares, mesmo fora do PAC, estão relacionados à falta de cumprimento efetivo da legislação vigente, necessidade de aumento da eficiência dos processos, maior valorização da etapa de projeto, melhor coordenação das ações da administração pública entre os níveis municipal, estadual e federal, e investimentos e incentivos à qualificação / atualização dos profissionais envolvidos.

Os resultados divulgados até o momento reforçam a necessidade de continuidade do acompanhamento deste Programa e a ampliação da divulgação dessas informações, visando incentivar a transparência e a busca das soluções através da colaboração da sociedade com o poder público.

ANEXO 1

Tabela de obras de Saneamento do PAC monitoradas pelo Instituto Trata Brasil nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes

FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	Financiamento	CENTRO OESTE	DF	Brasília	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NAS LOCALIDADES SOL NASCENTE E POR DO SOL	CAESB	228526-67	30/04/2008
CEF	OGU	CENTRO OESTE	GO	Goiânia	SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO ANICUNS MARGEM ESQUERDA	ESTADO GO	226021-24	07/11/2007
CEF	OGU	CENTRO OESTE	GO	Goiânia	EXECUCAO DE ACOES RELATIVAS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO NO MUNICIPIO DE GOIANIA	ESTADO GO	226022-38	19/12/2007
CEF	OGU	CENTRO OESTE	GO	Goiânia	EXECUCAO DE ACOES RELATIVAS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO NO MUNICIPIO DE GOIANIA	ESTADO GO	226023-42	19/12/2007
CEF	OGU	CENTRO OESTE	GO	Goiânia	EXECUCAO DE ACOES RELATIVAS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO NO MUNICIPIO DE GOIANIA	ESTADO GO	226025-62	19/12/2007
CEF	OGU	CENTRO OESTE	MT	Cuiabá	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE CUIABA/MT	ESTADO MT	218406-07	06/11/2007
CEF	OGU	CENTRO OESTE	MT	Cuiabá	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE CUIABA/MT -PROJETO PANTANAL	PM - CUIABÁ	227673-39	14/09/2007
CEF	OGU	NORDESTE	AL	Maceió	RECUPERACAO DE COLETORES TRONCO E INTERCEPTORES DE ESGOTOS	ESTADO AL	222765-30	20/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	AL	Maceió	CONTINUACAO DAS OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO DA REGIAO BAIXA DE MACEIO/ORLA LAGUNAR	ESTADO AL	226554-75	20/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	AL	Maceió	CONT. OBRAS ESGOTAMENTO SANITARIO DA BACIA PAJUCARA/MACEIO, IMPLANTACAO REDES ESGOTO, INTERCEP, EST.ELEVAT E LIG DOMICILIARES	ESTADO AL	226559-25	20/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	BA	Salvador	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE SALVADOR - REDE COLETORA E LIGACOES - BACIA DO CALAFATE I	ESTADO BA	218243-36	04/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	BA	Salvador	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE SALVADOR - REDE COLETORA E LIGACOES - BACIA DO COMERCIO, COMPREENDEM: 1	ESTADO BA	218244-40	07/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	BA	Feira de Santana	AMPLIACAO DO SES EM BACIA DO JACUIPE- FEIRA DE SANTANA	ESTADO BA	223725-64	21/12/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	BA	Feira de Santana	ESGOTAMENTO SANITARIO - COMPLEMENTACAO BACIA DO SUBAE	EMBASA - BA	228583-66	15/05/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	BA	Salvador	AMPLIACAO DO SES DE - SALVADOR - BACIAS TROBOGI, CAMBUNAS E AGUAS CLARAS	EMBASA - BA	228697-31	15/05/2008
CEF	OGU	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES SUB-BACIA SD-07	ESTADO CE	217983-73	07/11/2007
CEF	OGU	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES - BACIA CE-6	ESTADO CE	217984-87	30/10/2007

FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	OGU	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES - BACIA SE-2	ESTADO CE	217986-05	29/10/2007
CEF	OGU	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES - BACIA SD-6	ESTADO CE	217988-23	30/10/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES FORTALEZA - BACIA DO COCO CE-4	CAGECE CE	231264-64	28/03/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES DE FORTALEZA - BACIA DO COCO - CD-1	CAGECE CE	231269-14	28/03/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES DE FORTALEZA - BACIA DO COCO - CD-2	CAGECE CE	231276-07	28/03/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES DE FORTALEZA - BACIA DO COCO - CD-3	CAGECE CE	231278-25	28/03/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	CE	Fortaleza	AMPLIACAO DO SES DE FORTALEZA - BACIA DO COCO - CE-5	CAGECE CE	231279-39	28/03/2008
CEF	OGU	NORDESTE	MA	São Luiz	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DA ILHA DE SAOLUIS ETAPA I - SISTEMAS ANIL, VINHAIS E SAO FRANCISCO.	ESTADO MA	218348-92	27/11/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	PA	Belém	RECUPERACAO DO EMISSARIO E DA ESTACAO ELEVATORIA FINAL DO ESGOTO DA AREA CENTRAL DE BELEM - PAC	ESTADO PA	228494-80	30/05/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	PA	Belém	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO NA AREA CENTRAL DE BELEM - PAC	ESTADO PA	228496-08	30/05/2008
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Implantacao de sistema de esgotamento sanitario do JD. Cidade Universitaria constando emissarios, elevatorias, rede coletora	ESTADO PB	224961-52	14/09/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliacao do sistema de esgotamento sanitario do Bairro do Altiplano constando emissarios, elevatorias, rede coletora	ESTADO PB	224964-84	14/09/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliacao do sistema de esgotamento sanitario do Bairro de Manaira constando emissarios, elevatorias, rede coletora e ligações domiciliares	ESTADO PB	224965-99	20/09/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliacao do sistema de esgotamento sanitario do Bairro Padre Ze constando emissarios, elevatorias, rede coletora e ligações domiciliares	ESTADO PB	224968-20	17/10/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliacao do sistema de esgotamento sanitario do Bairro Cruz das Armas constando emissarios, elevatorias, rede coletora	ESTADO PB	224970-63	20/09/2007



FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Bairro Funcionários 1 constando emissários, elevatórias, rede coletora	ESTADO PB	224971-77	17/10/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário constando emissários, elevatórias, rede coletora e ligações domiciliares	ESTADO PB	224973-95	17/10/2007
CEF	OGU	NORDESTE	PB	João Pessoa	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário	ESTADO PB	224975-13	14/09/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	PE	Recife	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PROEST AREA 2	ESTADO PE	191231-04	26/03/2008
CEF	OGU	NORDESTE	PE	Recife	Ampliação do Sistema de esgotamento sanitário - Projeto PROEST, BENEFICIANDO OS BAIROS SETÚBAL, BOA VIAGEM E PINA	ESTADO PE	264374-81	21/11/2008
CEF	OGU	NORDESTE	PI	Teresina	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORES, LIGAÇÕES DOMICILIARES, COLETORES, INTERCEPTORES, ESTÁCIÕES)	ESTADO PI	224287-88	05/11/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	PI	Teresina	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORES)	ESTADO PI	228752-14	02/05/2008
CEF	Financiamento	NORDESTE	RN	Natal	IMPLANTAÇÃO DO SES DOS BAIROS DE CAPIM MACIO E PARTE DO BAIRRO DE NEOPOLIS - ETE PONTA NEGRA: CARTA CONSULTA 21-002582	ESTADO RN	189918-61	31/07/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	RN	Natal	SES-BACIA GS BAIROS: TIROL, LAGOA NOVA, NOVA DESCOBERTA E PQ DAS DUNAS - NATAL/RN; CARTA CONSULTA: 21-002719.	ESTADO RN	189925-54	31/07/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	RN	Natal	EXECUÇÃO EMISSÁRIO SUBMARINO COLETA/TRATAMENTO ESGOTOS PIUM,SEDE,PIRANGI,COTOVELO - PARNAMIRIM,P NEGRA;C CONSULTA 21-02746	ESTADO - RN	189935-79	31/07/2007
CEF	OGU	NORDESTE	RN	Natal	NOVO COLETORES GERAL 3, 2 TRECHOS: TRECHO 1 EXT 1701M MATERIAL TUBOS CONCRETO ARMADO C/ PB JUNTA ARGAMASSADA, TRECHO 2 989M	ESTADO RN	218509-44	28/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	RN	Natal	AMPLIAÇÃO DO SES DE NATAL COM COLETA E TRATAMENTO DAS BACIAS F,I,K,L-TRATAMENTO NA BACIA E -ESTÁCIÕES ELEVATÓRIAS E LAGOAS	ESTADO RN	224984-23	28/12/2007
CEF	OGU	NORDESTE	RN	Natal	CONSTRUÇÃO DE COLETORES GERAL - CG3 - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTADO RN	224985-38	28/12/2007
CEF	Financiamento	NORDESTE	RN	Natal	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - BACIA H	ESTADO RN	228658-66	27/05/2008

FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	Financiamento	NORDESTE	RN	Natal	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO - BACIA LS	ESTADO RN	228659-70	27/05/2008
CEF	OGU	NORDESTE	SE	Aracaju	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE ARACAJU.	SEINFRA	224289-05	19/09/2007
BNDES	Financiamento	NORTE	AM	Manaus	Ampliação de 5 ETE's, rede coletora, elevatórias, coletores-tronco	Águas do Amazonas	nd	19/01/2009
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Contagem	Implantação de 79,2 km de redes coletoras, de 210 km de ramal interno, de 6.000 ligações e de 3,4 km de interceptores.	Copasa	8202881011005	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Contagem	Implantação de 79,2 km de redes coletoras, de 210 km de ramal interno, de 6.000 ligações e de 3,4 km de interceptores.	Copasa	8202881011007	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Contagem	Implantação de 79,2 km de redes coletoras, de 210 km de ramal interno, de 6.000 ligações e de 3,4 km de interceptores.	Copasa	8202881011011	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Bairro Lindéia, incluindo a implantação de 26,6 km de rede coletora, 13,5 km de interceptores, instalação de 848 ligações prediais, 4 elevatórias e 2,4 km de linha de recalque.	Copasa	8202881046001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na região da Pampulha, incluindo a implantação de 26,6 km de rede coletora, 13,5 km de interceptores, instalação de 848 ligações prediais, 4 elevatórias e 2,4 km de linha de recalque.	Copasa	8202881054001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Bacia 5P-B, Jardim Vitória, Paulo VI - 45,4 km de rede coletora, 83,9 km de interceptores, 5.000 ligações, 87 metros de linha de recalque, 36 metros de emissário e 9 estações elevatórias.	Copasa	8202881097001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Bacia 5P-B, Jardim Vitória, Paulo VI - 45,4 km de rede coletora, 83,9 km de interceptores, 5.000 ligações, 87 metros de linha de recalque, 36 metros de emissário e 9 estações elevatórias.	Copasa	8202881100001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Contagem	Implantação de 79,2 km de redes coletoras, de 210 km de ramal interno, de 6.000 ligações e de 3,4 km de interceptores.	Copasa	8202881135001	20/05/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO, INCLUINDO REDES COLETORAS / INTERLIGACOES,MAIS 3 ELEVATORIAS DE ESGOTO	COPASA-MG	189861-95	03/08/2007



FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	IMPLANTACAO DE TRATAMENTO SECUNDARIO DOS EFLUENTES DOS REATORES ANAEROBIOS DA ETE ONCA NA REGIAO MET. DE BELO HORIZONTE	COPASA-MG	191211-65	03/08/2007
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Belo Horizonte	Ampliação ETE Onça, interceptores, coletores, elevatórias	Copasa	nd	23/05/2007
BNDES	Financiamento	SUDESTE	MG	Contagem	Ampliação ETE Nova Contagem	Copasa	nd	23/05/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	RJ	Rio de Janeiro	ESGOTAMENTO SANITARIO EM SEPETIBA - FASE 4	PM Rio de Janeiro	190617-41	26/06/2007
CEF	OGU	SUDESTE	RJ	São Gonçalo	Melhoria da ETE São Gonçalo	ESTADO RJ	223370-83	14/09/2007
CEF	OGU	SUDESTE	RJ	Rio de Janeiro	ESGOTAMENTO SANITARIO SEPETIBA - FASE 1	PM Rio de Janeiro	223639-10	21/09/2007
CEF	OGU	SUDESTE	RJ	São Gonçalo	Implantação de rede coletora e ligações domiciliares de esgoto nas bacias hidrográficas dos rios Mutondo e Coelho	ESTADO RJ	223640-48	14/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	RJ	Duque de Caxias	ESGOTAMENTO SANITARIO ETE CAPIVARI, ANA CLARA E B.RETIRO	PM Duque de Caxias	228577-88	30/06/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário	Sabesp	8201691022001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - implantação do coletor-tronco, redes coletoras e interligações da Bacia TA 15 - Ipiranga	Sabesp	8201691030001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - implantação de coletores-tronco, redes coletoras e interligações da Bacia PI 18 - Uberaba	Sabesp	8201691049001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - coletores Santa Eulália e Cruzeiro do Sul e interligações. CT Mandaqui e EEE's	Sabesp	8201691057001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - instalação de coletor-tronco Center Norte Tenente Rocha	Sabesp	8201691065002	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Sistema de esgotamento sanitário Aricanduva - instalação de coletor-tronco	Sabesp	8201691073001	20/05/2008
BNDES	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário - Interceptor ITI - 12	Sabesp	8201691081001	20/05/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Osasco	SABESP-OSASCO / SAN.P / TODOS - EXECUCAO DE REDE COLETORA DE ESGOTO E EXECUCAO DE LIGACOES DOMICILIARES	SABESP	191314-00	19/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Guarulhos	GUARULHOS / SAN.P / TODOS - SISTEMA DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DA VERTENTE 3 - ETE SAO MIGUEL	PM Guarulhos SP	216996-05	26/06/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Guarulhos	GUARULHOS / SAN.P / TODOS - SISTEMA DE COLETA, AFASTAMENTO E TRANSPORTE DAS SUB-BACIAS SB-08 E SB-09	PM Guarulhos SP	216997-19	26/06/2007

FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Guarulhos	GUARULHOS / SAN.P / TODOS - SISTEMA DE COLETA, AFASTAMENTO E TRANSPORTE DA VERTENTE 2 - ETE SAO MIGUEL	PM Guarulhos SP	217000-82	26/06/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	STO ANDRE/SAN.P/TODOS - IMPLANTACAO DE SISTEMA COLETOR DE ESGOTOS SANITARIOS NO RECREIO DA BORDA	PM Santo André	217094-14	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	STO ANDRE/SAN.P/TODOS - DESPOLIICAO DO CORREGO ARACATUBA COMCOLETA E AFASTAMENTO DE ESGOTOS SANITARIOS	PM Santo André	217118-94	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	INTERCEPTACAO DOS ESGOTOS SANITARIOSPARA TRATAMENTO	PM Santo André	217119-07	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	DESPOLIICAO DA CABECEIRA DO CORREGO GUARARA C/COLETA E AFASTAMENTO DE ESG. SAN - VILA TOLEDANAS	PM Santo André	217120-35	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	DESPOLIICAO DO CORREGO APIAI COM COLETA E AFASTAMENTO DE ESGOTOS SANITARIOS	PM Santo André	217121-49	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	DESPOLIICAO DO CORREGO GUARARA COM COLETA E AFASTAMENTO DE ESGOTOS SANITARIOS-VILA JD STO ANDRE	PM Santo André	217122-54	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Santo André	STO ANDRE/SAN.P/TODOS - ESGOTAMENTO SANITARIO POR REDES COLETORAS,COLETORES TRONCOS E INTERCEPTORES	PM Santo André	217124-72	24/09/2007
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Guarulhos	SISTEMA DE COLETA, AFASTAMENTO E TRANSPORTE DAS BACIAS 03 (SAO JOAO) E 04 (BONSUCESSO) - ETAPA IMEDIATA	PM Guarulhos SP	228611-04	08/04/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Osasco	COLETOR SECUN, INTERL, EEE E LINHAS RECALQUE BACIA TO-21 OSASCO	SABESP	228662-25	14/05/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	São Bernardo do Campo	COLETOR-TRONCO COUROS - 10 TRECHO A JUSANTE. (2,2 KM DE COLETOR TRONCO) FAVELA NAVAL - SAO BERNARDO DO CAMPO	SABESP	228712-22	14/05/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	São Paulo	COLETORES E REDES DE ESGOTOS NA FAVELA PARAISOPOLIS CONDUZINDO OS ESGOTOS P/ETE BARUERI - SAO PAULO	SABESP	228728-02	14/05/2008
CEF	Financiamento	SUDESTE	SP	Osasco	INTERL.DE REDES COLET. AO COL. JOAO ALVES(OBRA REMA.DA 1 E 2ETAPA PROJ.TIETE) E COLET. SECUN BACIA TO-19 / OSASCO	SABESP	228798-50	14/05/2008
CEF	OGU	SUDESTE	SP	Campinas	AMPLIACAO DO SES - SISTEMA CAPIVARI II	PM Campinas	272831-82	30/12/2008
BNDES	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	Assentamento de tubulação, ligações prediais, coletores tronco, Interceptores, implantação de 8 unidades de Estações Elevatórias, linha de recalque, ampliação de estações de tratamento, implantação da estação de tratamento e melhorias operacionais.	Sanepar	7208251011018	11/12/2007



FONTE DE RECURSOS		REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATADO	NÚM. DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA
BNDES	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	Implantação de 113.539m de rede coletora de esgoto, 6.900 ligações domiciliares, 2.100m de coletores tronco, 2 EEE e 2.868m de linha de recalque.	Sanepar	7209861018001	26/12/2007
CEF	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	CURITIBA EXPANSÃO ESGOTO 2007	SANEPAR	173483-70	19/06/2007
CEF	OGU	SUL	PR	Curitiba	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO - ASSENTAMENTOS PRECARIOS DAS BACIAS DOS RIO IGUACU, RIO BELEM	ESTADO PR	224994-48	17/12/2007
CEF	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	CURITIBA II AMPLIACAO ESGOTO	SANEPAR	228570-18	19/02/2008
CEF	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	CURITIBA III AMPLIACAO ESGOTO 2008	SANEPAR	228571-22	19/02/2008
CEF	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	CURITIBA IV ESGOTO 2008 -	SANEPAR	228574-55	10/12/2008
CEF	Financiamento	SUL	PR	Curitiba	CURITIBA I ESGOTO 2008 - IMPLANTACAO DE 248.990 M DE RCE 2.600 M DE COLETOR	SANEPAR	228575-60	10/12/2008
CEF	Financiamento	SUL	RS	Porto Alegre	TRATAMENTO DE ESGOTOS DO SISTEMA PONTA DA CADEIA	PM Porto Alegre	189430-77	21/09/2007
CEF	Financiamento	SUL	RS	Porto Alegre	SES SARANDI(BACIA DO RIO GRAVATAI)-REGIAO NORDESTE DE P.ALE-GRE 80 KM REDES COLETORAS,EST.ELEVAT., COLETORES E CONSTR.ETE	PM Porto Alegre	228679-19	31/03/2008
CEF	Financiamento	SUL	RS	Porto Alegre	COMPLEMENTACAO DO TRATAMENTO DE ESGOTO DO SISTEMA PONTA DA CADEIA - ZONA SUL PORTO ALEGRE	PM Porto Alegre	233957-81	31/03/2008

ANEXO 2
Propostas do Instituto Trata Brasil para solução para os entraves identificados nas
Obras de Saneamento do PAC

Documento encaminhado em Dezembro de 2009 à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e à
Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados



Entraves	Consequências	Propostas de soluções
1. IMPLEMENTAÇÃO DA 11445/07	Engessamento do setor a partir de 2011 e não cumprimento da Legislação	<p>1.1 A Lei 11445/07 e as demais leis que formam o Marco Regulatório do saneamento (lei dos consórcios públicos, das ppp's e de concessões) são conquistas do setor e vitórias dos poderes Legislativos e Executivo e precisam ser preservadas contra interpretações errôneas de tribunais de contas ou Ministérios Públicos que travam sua implementação.</p> <p>Também outros planos apresentados nas esferas federal, estadual e municipal, se aprovados, podem descaracterizar o Marco Regulatório atendendo a interesse político individual e não majoritário. A solução é contar com uma câmara de arbitragem de proteção da legislação do Marco Regulatório.</p> <p>1.2 Atuar para que Estados e municípios implementem a Lei através da elaboração dos planos estaduais, regionais e municipais de saneamento e na estruturação das Agências Reguladoras incentivando os ganhos de escala e cuidando para que a regulamentação da lei não invada as competências dos Estados e municípios e que não extrapole os limites da própria Lei.</p>
2. INVESTIMENTOS E RECURSOS	Estagnação, atrasos, prestação de serviço inadequada e não cumprimento de metas inclusive de universalização	<p>2.1 Criar fontes perenes de recursos no montante anual disponibilizado pelo PAC. Universalização demanda continuidade.</p> <p>2.2 Aumentar as fontes de recursos orçamentários para aplicação em áreas com população com menor poder aquisitivo</p> <p>2.3 Saneamento é investimento e não dívida: aumentar os limites de endividamento dos operadores e de financiamento para as entidades e órgãos públicos de fomento</p> <p>2.4 Criação de fundos nacionais para subsidiar investimentos e prestação dos serviços - subsídio direto para a população de baixa renda com recursos do pré-sal e PIS/COFINS</p> <p>2.5 Redução dos impostos federais incidentes nos serviços de saneamento, em especial PIS/COFINS para re-investimento na ampliação desses serviços e principalmente para população de baixa renda</p> <p>2.6 definição de programa e recursos para a melhoria de gestão dos operadores</p> <p>2.7 Viabilizar a prática de Project Finance nos financiamentos para água e esgoto visando a agilização e ampliação do nível de recursos alocados ao setor. CEF e BNDES praticam corporate finance o que limita a capacidade de investimento dos operadores</p> <p>2.8 Permitir aditivos aos contratos de financiamento para inclusão de reajustamentos obrigatórios por Lei</p>
3. DEPENDÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS	Ampliação dos prazos para se alcançar a universalização principalmente dos serviços de coleta e de tratamento de esgoto aumentando o custo Brasil	<p>3.1 Incentivo a novas formas de financiamentos conforme previsto nas leis de PPP's e Concessões. Não existem recursos públicos para atender à demanda de investimentos em infra-estrutura no País. PPP e Concessão não é privatização.</p>
4. PROCEDIMENTOS PARA ACESSO A RECURSOS E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	Aumento dos custos e atrasos no início e na realização das obras	<p>4.1 Simplificação dos normativos do Ministério das Cidades / CEF, eliminando demandas dispensáveis e que dificultam e atrasam a contratação dos projetos e a elaboração das obras e serviços. Proposta de adotar procedimentos semelhantes aos das Agências Multilaterais como BIRD, BID e JBIC</p> <p>4.2 Exigências diferenciadas para investimentos financiados e os executados com recursos orçamentários.</p>
5. DIVISÃO DE COMPETENCIAS E PULVERIZAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS	Dispersão e descoordenação de ações	<p>5.1 Centralização da política e da coordenação das ações e recursos que hoje tem interfaces com cidades, meio ambiente, saúde, trabalho, desenvolvimento social, fazenda, planejamento e Casa Civil</p>



Entraves	Consequências	Propostas de soluções
6. PROJETOS COM VIÉS POLÍTICO LANÇADOS SEM O DEVIDO PREPARO	Frustração de realização de metas	6.1 Respeitar as etapas previstas na Legislação que antecedem a execução da obra. Recursos para obras devem ser disponibilizados baseados em planos, estudos e projetos de engenharia.
7. PROJETOS DE ENGENHARIA DESATUALIZADOS, IMPRECISOS E MAL ESTRUTURADOS	Impugnações pela CGU; problemas de licenciamento ambiental; paralisações e problemas contratuais e de custos adicionais das obras	7.1 Recursos para a elaboração de projetos e liberação de recursos para obras com base em projeto básico de engenharia aprovado
8. REVISÃO DE PROJETOS DEVIDO A MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA; AJUSTES DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ATENDIMENTO A PADRÕES E EXIGÊNCIAS DA CEF E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS DO OPERADOR	Paralisações, atrasos, custos adicionais	8.1 Contratações ou liberações de recursos com base em projetos básicos de engenharia atualizados e aprovados
9. DESINFORMAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SANEAMENTO	Setor invisível, pouco valorizado e não prioritário para a sociedade e para os políticos	9.1 Campanha nas escolas e de conscientização da população sobre a importância do setor, impactos sociais, ambientais e econômicos
10. DESINTERESSE E DESCONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO POR PARTE DOS TITULARES DOS SERVIÇOS	Setor sem prioridade política	10.1 Campanha de conscientização junto aos gestores públicos municipais e estaduais sobre a importância do saneamento e os impactos nas finanças públicas 10.2 Enquadrar saneamento como obrigação dos gestores públicos, assim como os setores de educação e de saúde, e não como intervenção de cunho político
11. DESPREPARO DOS OPERADORES, PRINCIPALMENTE MUNICIPIOS, PARA ACESSAR OS RECURSOS DEVIDO A FALTA DE CAPACIDADE DE ENVIDAMENTO E INCAPACIDADE DE ATENDIMENTO À BUROCRACIA DA CEF	Falta de investimentos	11.1 Campanha de orientação para gestores e operadores e ações para envolvimento da sociedade civil 11.2 Programas e projetos de capacitação de gestores e operadores

Realização
Instituto Trata Brasil

